

# A criança, o adolescente e as emendas parlamentares



» LUIZ ANTONIO MIGUEL FERREIRA  
Conselheiro da Fundação  
Abrinq pelos Direitos da  
Criança e do Adolescente

Emenda parlamentar é um instrumento legal que possibilita a deputados federais, senadores e membros das Assembleias Legislativas influenciarem diretamente na destinação de recursos públicos, por meio da alteração da Lei Orçamentária Anual (LOA). Trata-se de proposta individual ou coletiva para incluir no orçamento recursos voltados a ações específicas, como saúde, educação ou infraestrutura.

Até 2015, a execução de tais emendas era facultativa, cabendo ao Poder Executivo decidir se atenderia ou não às indicações. Com a Emenda Constitucional n.º 86/2015, passaram a ser obrigatórias até o limite fixado na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), vinculando parte dos recursos diretamente às áreas especificadas (CF, art. 166-A).

Em síntese, a finalidade das emendas parlamentares é destinar recursos públicos para projetos e programas locais, escolhidos pelo parlamentar de acordo com as demandas de sua base eleitoral. Representam, assim, um instrumento de participação do Legislativo na definição das prioridades orçamentárias e podem complementar

os orçamentos federais, estaduais e municipais. Nesse contexto, um grupo que se encontra, atualmente, com uma distribuição deficiente de recursos é aquele representado pelas crianças e adolescentes, que teve uma baixa execução orçamentária em 2024, resultando em poucos avanços nas políticas públicas voltadas a esse segmento da sociedade, embora a Constituição Federal determine a sua prioridade absoluta (art. 227) e o Estatuto da Criança e do Adolescente assegure a destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas à proteção da infância e da adolescência (art. 4º, parágrafo único, “c” e “d”).

Ao analisar o papel do parlamentar, deve-se destacar o disposto no art. 1º, parágrafo único da Constituição, que estabelece que todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente. Esse princípio traduz a democracia participativa, também concretizada na criação dos conselhos, instâncias de interlocução entre Estado e sociedade civil, com atribuições consultivas, deliberativas, de gestão e de fiscalização das políticas públicas.

Na área da infância e da adolescência, os Conselhos Municipais assumem papel central. São órgãos responsáveis pela definição das políticas locais e pela administração do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, destinando recursos a projetos que efetivem os direitos fundamentais dessa população. O Estatuto da Criança e do Adolescente (art. 88) estabelece como diretrizes a municipalização do atendimento, a criação de conselhos em todos os níveis, a manutenção de

fundos vinculados a esses órgãos e a indispensável participação da sociedade civil.

Diante desse cenário, a forma mais eficaz de destinação das emendas parlamentares seria o encaminhamento direto aos Fundos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente. O parlamentar indica o município, mas a administração cabe ao conselho, que conhece as demandas locais e define a aplicação dos recursos, consolidando a democracia participativa prevista na Constituição.

Esse modelo proporciona maior transparência, pois as verbas passam pelo crivo dos conselhos e ainda são fiscalizadas pelos Tribunais de Contas. Garante também que apenas entidades devidamente registradas recebam os recursos e prestem contas de sua utilização. Ainda como vantagem, recebe a verba a entidade que desenvolve projeto que vai ao encontro dos interesses da população beneficiada: criança ou adolescente.

Tal procedimento é adotado em municípios, como Curitiba, onde valores de emendas coletivas são encaminhados diretamente ao Fundo Municipal da Criança e do Adolescente, sob gestão do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA). Em 2024, a área da infância e da adolescência foi a mais beneficiada por esse modelo, demonstrando sua efetividade.

Conclui-se que a destinação de verbas parlamentares aos Fundos Municipais fortalece os conselhos, garante maior fiscalização, reforça a transparência e direciona recursos às políticas públicas que mais necessitam, especialmente aquelas voltadas à proteção e promoção dos direitos de crianças e adolescentes.

MAURENILSON FREIRE



# Democracia sempre, ditadura nunca



» ADEMAR K. SATÓ  
Graduado em administração e em  
direito, pós-graduado em ciências  
sociais, mestre em economia,  
monge budista, ex-regente do  
Templo Budista de Brasília

Quando fui preso, em Salvador da Bahia em 1977, depois de retornar de Santiago do Chile, em que trabalhei no governo socialista do Allende, fiquei muito admirado com a vigília da Operação Doi-Cod, que segui meus passos dia e noite por dois meses, antes da prisão. Na época, não havia o avanço técnico da comunicação digital, o clima político interno era de ditadura militar e a configuração geopolítica mundial era outra.

Agora, fiquei espantado com o poder da informática que seguiu e registrou conversações particulares trocadas por celular entre o ex-presidente e seu filho. É verdade que hoje vivemos a democracia em Estado de Direito, graças à Constituição Federal promulgada em 1988, após o longo período de anos de chumbo, que abortou movimentos culturais importantes como o Cinema Novo e a Bossa Nova. E a geopolítica mundial mudou, especialmente após o advento do século 21.

A conversação telefônica revelada e amplamente divulgada pelos meios de comunicação é tipicamente familiar, o filho preocupado com o pai que aponta a sua imaturidade, o retrucar e a entrada de terceiros

fazem parte do drama cotidiano, da história humana universal. Três pontos me chamaram atenção.

O primeiro ponto é quando o filho diz “se a anistia light passar, os Estados Unidos não irão mais ajudar”. Ou seja, ele está chamando o pai de covarde e este lhe respondendo: “Cresça e apareça”. E um terceiro toma o partido do pai, chamando o filho de “babaca”.

Mas quem é babaca? Aquelas que invadiram as edificações da Praça dos Três Poderes no Distrito Federal, quebrando o Patrimônio Nacional Histórico e Cultural? E também os doadores que enriqueceram os patrocinadores, pai e filho, com indícios de terem se escondido atrás das próprias mulheres?

Mas o filho continua: “Quero que você olhe para mim e enxergue...” Opa! Esse é o segundo ponto que diz respeito ao Estado Democrático de Direito que constitui os Três Poderes: o Executivo, o Legislativo e o Judiciário.

Lembramos que famosos teóricos e praticantes da política já disseram que democracia dá muito trabalho, mas sempre indica o avanço civilizatório em busca da justiça social e progresso ético. Isso está na linha evolutiva da humanidade, requerendo coragem e dignidade para defender a autonomia e a soberania nacional.

Aí, vem o terceiro ponto que é a possibilidade de candidaturas independentes para pleitos majoritários na nossa Constituição Cidadã, pois, no Supremo Tribunal Federal, há vários agravos regimentais de mandados de injunção de controvérsias interpretativas, quanto ao significado e alcance da exigência de filiação partidária.

Ulysses Guimarães e Tancredo Neves, que atuaram

intensamente pela elaboração e aprovação da Carta Magna, chamada de Constituição Cidadã, eram contra a candidatura avulsa como indicador ético na direção da redemocratização e na ampliação e garantia de direitos civis, sociais, políticos e econômicos. Contudo, e com muito respeito aos dois, as condições objetivas mudaram.

É verdade que o direito do consumidor é representado pela consolidação da classe média. Entretanto, a injustiça social que acompanha a desigualdade crescente de renda e a insegurança nas ruas como nas casas e até no trabalho — burnout — fazem muita gente saudosos da ditadura ignorar a opressão, a tristeza e a depressão vigente nos anos de chumbo. Há o retorno da política tradicional que não quer o povo participando diretamente.

No cenário nacional, devemos aproveitar o declínio do império que emergiu no século 20 impondo o poder do dólar desvinculado de qualquer lastro, a não ser a especulação financeira e a indústria armamentista. Podemos aproveitar o tarifaço que nos leva à multipolaridade e consolida a nossa integração público-privado, buscando a reurbanização consciente de que temos a responsabilidade de cultivar a natureza e a amorosidade humana como ética civilizatória.

O Distrito Federal pode dar o exemplo, promovendo o retorno do orçamento participativo e a eleição direta nas administrações regionais para o próprio povo — moradores e concidadãos —, que conhece e sabe dos seus interesses e necessidades, escolha de forma autônoma e independente os seus mandatários diretos.

Democracia sempre, ditadura nunca.

# Depois da morte



» JOSÉ HORTA MANZANO  
Empresário

No Brasil, a crença na reencarnação perpassa todos os estratos sociais. Está nos muito ricos, nos muito pobres e nos remediados. Vai da favela ao condomínio de luxo, atravessando fronteiras de classe e instrução. Junto com o arroz com feijão, a novela das oito e o futebol de domingo, o reencarnacionismo é parte constitutiva da identidade nacional. Mesmo não sendo dogma oficial de nenhuma grande igreja tradicional, e mesmo sendo incompatível com a doutrina católica, está profundamente enraizado no imaginário coletivo do brasileiro.

O sincretismo é traço peculiar da nossa religiosidade. Assim como orixás e entidades das crenças africanas se amalgamaram a santos e arcanjos da fé Católica, a ideia de múltiplas vidas foi se entranhando na crença popular, servindo de pano de fundo para todo um universo esotérico — de médiuns de televisão a centros de mesa branca, passando por horóscopos, regressões, florais e cristais. O brasileiro, mesmo quando diz “não acreditar em nada”, costuma bater na madeira três vezes “só por via das dúvidas”.

E, quanto mais se envelhece, mais a questão do depois vai se infiltrando no pensamento. O que virá depois do último suspiro? Costumo dizer, em tom de brincadeira (mas com sinceridade), que não me agradaria passar a eternidade sentado numa nuvem, de camisola branca, tocando lira, esperando não sei bem o quê. Um céu estático e entediante não me seduz. Já a doutrina espírita parece bem mais dinâmica, instigante até. Nela, a morte é apenas um ponto de passagem entre duas jornadas. Com ela, entra-se em fase de aprendizado, reflexão e planejamento, antes de reencarnar para mais uma etapa da longa caminhada.

Se for assim mesmo — se a alma tiver mesmo que voltar —, quero fazer um pedido modesto. Aceito ir e vir quantas vezes for necessário, sem medo, livre e galhardo. Mas não quero voltar a este planeta. Peço licença para seguir adiante, para outro mundo, uma outra Terra, quem sabe, mais justa, mais humana, mais honesta, mais igualitária. Uma sociedade menos estressante, menos predatória, mais sensível ao sofrimento alheio. Um planeta habitado por gente de boa vontade e incapaz de odiar, gente que ri com facilidade e vive com leveza.

Digo isso com o peso de quem sonhou diferente. Os da minha geração, quando jovens, acreditávamos sinceramente que a humanidade, em poucas décadas, teria superado sua fase mais bárbara. Achávamos que a era de aquário traria sabedoria, paz e equilíbrio. O tempo passou e, infelizmente, nos desmentiu um bocado.

Houve avanços significativos, sim. Hoje se viaja pelo espaço, há curas médicas antes inimagináveis, a tecnologia nos conecta em tempo real, o número de analfabetos caiu, a expectativa de vida subiu e o número de famintos diminuiu. Mas os retrocessos gritam. A violência atingiu um nível intolerável, a desigualdade persiste com cara renovada, e nacos do nosso território são hoje terra sem lei, dominada por forças paralelas — narcotráfico, milícias, facções. A educação pública foi sendo sucateada, minada de dentro para fora. Em vez de formar cidadãos, forma estatísticas. A ignorância, antes vergonha, agora é ostentação. Ou pior: há quem prefira permanecer nela, por conveniência ou por preguiça.

E não é só aqui. O mundo parece tomado por uma onda de lideranças sombrias, despóticas, personagens trevosos que cavam trincheiras em vez de pontes. Vampiros modernos, sedentos de poder, ergueram seus tronos em territórios diversos: nos Estados Unidos de Trump, na Rússia de Putin, na Venezuela de Maduro, na Coreia do Norte dos Kim, na Nicarágua de Ortega. Há também regimes disfarçados, onde a repressão vem com verniz de ordem e progresso. O Brasil, por exemplo, sob o clã dos Bolsonaros, por pouco não cruzou a fronteira que separa a democracia frágil do autoritarismo escancarado.

No mundo para onde quero voltar, esse tipo de liderança não existe. Não pode haver lugar para os que mentem em série, que instrumentalizam a fé alheia, que manipulam a verdade conforme lhes convém. E menos ainda para seus fiéis seguidores, cegos por preguiça, fanatismo ou desinformação. Quero viver num lugar em que a verdade não seja alvo de disputa, em que os direitos humanos não sejam vistos como “coisa de comunista”, em que a empatia não seja taxada de fraqueza.

Se um mundo assim existir — e há de existir, algures, entre os bilhões de planetas que coalham nosso céu noturno —, é para lá que quero ir. Nem que precise renascer com aspecto de homenzinho verde, de três olhos, com três dedos em cada mão.